

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

**Michelle Fernandes Lima**

Unicentro: PR  
*mfernandeslima@yahoo.com.br*

Solange Struwka: Unicentro: PR  
*sols.tr@hotmail.com*

## **Resumo:**

Esta proposta de comunicação é resultado dos estudos e pesquisas realizadas no Grupo PROFORMAR, vinculado a Universidade Estadual do Centro Oeste e tem por intenção central discutir o cenário da docência no ensino superior. Tendo como eixo de análise as mudanças processadas nas universidades a partir da década de 1990, período caracterizado pelo modelo de caráter gerencial tendo como aspecto principal o atendimento a lógica empresarial e ao mercado competitivo. Os docentes nesse cenário não diferente do mundo do trabalho convivem num ambiente marcado pelo individualismo, pela prática da competição e pelo alto nível de cobrança especialmente no que se refere à produção bibliográfica. Essa constatação nos motivou a realização de um estudo sobre as principais interferências da política neoliberal para o ensino superior, priorizando o trabalho docente. A análise está organizada em três momentos, no primeiro buscamos compreender a questão da educação e do trabalho docente no modelo capitalista flexível. Na sequência abordamos o quadro das políticas para o ensino superior a partir da década de 1990, permeando por novas nuances na docência no Ensino Superior e por fim com o objetivo de ilustrar essa realidade realizamos uma pesquisa de campo com docentes de uma Universidade Estadual do Paraná, para verificar os principais desafios enfrentados por eles, no contexto neoliberal delineado por mudanças nas políticas para o ensino superior no Brasil.

Palavras chave: Neoliberalismo; Ensino Superior, Trabalho Docente.

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre trabalho docente no Ensino Superior embora alvo constante de estudos e pesquisas, ainda carece de análises por todos aqueles que se dedicam à temática. O Grupo de Estudos e Pesquisa PROFORMAR ( Unicentro: PR) tem como eixo central o estudo sobre a formação de professores e as políticas envolvem o trabalho docente na Educação Básica e Superior. O texto aqui apresentado é resulta dos estudos e pesquisas realizadas no Grupo e buscam contribuir para novas reflexões. O docente que atua no

Ensino Superior seja em instituições públicas ou privadas, observam claramente o aumento das atividades docentes ligadas à pesquisa, ao ensino e a extensão. Esse acúmulo de atividades atinge diretamente o docente, gera problemas: clima de competição, sentimento de incapacidade por não dar conta das inúmeras atividades, realização de pesquisas mais rápidas devido a cobrança por publicações entre outros aspectos. Partimos do pressuposto que esse cenário do trabalho docente, tem relação direta com as mudanças processadas nas universidades a partir da década de 1990.

Com intuito de explicitar considerações acerca do trabalho docente, organizamos o texto em três momentos. No primeiro buscamos delinear as principais características do Ensino Superior a partir das políticas neoliberais, no segundo temos como objetivo apresentar os principais reflexos da política neoliberal para o trabalho docente e na terceira parte do texto apresentamos alguns apontamentos sobre os desafios da docência no ensino superior a partir dos resultados da pesquisa em andamento realizada pelo Grupo de Pesquisa.

## **I. O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR**

O Neoliberalismo nasceu após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Foi uma reação teórica contra o Estado de bem-estar social. O texto que inaugura esta política é *O Caminho da Servidão* escrito em 1944, por Friedrich Hayek. Esta política caracteriza-se pelo Estado Mínimo, ou seja, pelo afastamento do Estado em relação à saúde, previdência e educação. No campo da educação podemos perceber os efeitos dessa política visivelmente a partir da década de 1990 no cenário brasileiro, nas palavras de Melo (2007, p. 191):

O projeto neoliberal de sociedade e educação consolida-se como hegemônico no Brasil dos anos de 1990, na óptica do capital realizando mudanças nas nossas políticas educacionais, provocando uma dissociação cada vez mais entre uma educação voltada para a cidadania e a formação científica voltada para o trabalho.

A defesa de uma formação para o trabalho visa atender os novos ditames do mundo do trabalho, ou seja, um homem eficiente dotado de competências que permitam uma prática eficiente. O discurso sobre a importância da educação vem acompanhado por um processo de sucateamento das instituições educativas. Isso pode ser percebido pela

desvalorização do docente, políticas “rápidas” de formação de professores, a defesa de uma competição “sadia” entre as escolas por meio da gestão escolar.

Os efeitos dessa política atingem o Ensino Superior, por meio da criação de inúmeras instituições privadas. No período de 1990 a 2002, segundo dados do Ministério da Educação (INEP- SEEC)<sup>1</sup> sobre o percentual de cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e por categoria administrativa, as instituições não universitárias privadas são que mais apresentam crescimento, num percentual de 88,96% em relação a 11,04% das instituições públicas não universitárias. Mancebo (2006) explica que as propostas para o Ensino Superior foram condizentes com o modelo institucional gerencialista com princípios neoliberais apregoados pelos organismos internacionais. A autora sintetiza as cinco características desse quadro de reformas do Estado e também na educação: *racionalização de recursos, avaliações gerenciais como forma de controle, flexibilização da gestão, descentralização e privatização dos sistemas educacionais*.

Sobre a racionalização dos recursos, podemos apontar que cada vez mais as instituições são cobradas, a buscar novas fontes de recursos, diminuindo de maneira evidente a fronteira entre o público e privado. Um exemplo disso é a Lei n. 10.973 de 2004, que trata da Inovação Tecnológica, “que dispõe sobre os incentivos a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.” Otranto (2006, p.51) afirma que: “No atual cenário brasileiro, de profunda deterioração salarial e precárias condições de trabalho, aliado a difusão de ideologias neoliberais, essas propostas podem parecer sedutoras para muitos docentes”. Ainda na visão de Otranto (2006) os professores passam a ser “empreendedores”, e a universidade passa a atender os ditames empresariais. O benefício é destinado a poucos privilegiados.

No que se refere às avaliações gerenciais, mencionadas por Mancebo (2006) efeito das políticas definidas a partir da década de 1990. Sobrinho citado por Minto (2006, p. 240-241) considera que essa avaliação é:

[...] um instrumento amplamente utilizado como forma de viabilizar as reformas neoliberais, que se associa, assim, as premissas de que o Estado deve assumir as funções de controle, planejamento e a avaliação da educação superior, e não promover diretamente o ensino.

---

<sup>1</sup> Dados citados por MINTO (2006, p. 210) na obra “As Reformas do Ensino Superior no Brasil”.

Os reflexos da política neoliberal no Ensino Superior revelam cada vez mais a estreita relação do público e privado, pois as instituições acabam por responder as novas demandas do capital por meio de: parceiras público-privadas, educação à distância, a defesa da formação profissional, o acesso dos jovens por meio de Programas como o PROUNI entre outros.

Nesse contexto o trabalho docente apresenta novos nuances, exigindo dos professores um perfil produtivo e eficiente. A lógica do mercado ocupa o cenário das relações, marcada pela competição e pelos aspectos quantitativos. No próximo item tratamos dos reflexos da política neoliberal, no trabalho docente demarcando o caráter competitivo e mercadológico que passou ocupar as universidades.

## **II. OS REFLEXOS DA POLITICA NEOLIBERAL NO TRABALHO DOCENTE**

O trabalho docente no Ensino Superior não escapa das transformações do mundo do trabalho, no contexto da década de 1980 e 1990 apresenta-se um predomínio de padrões flexíveis (toyotismo) em detrimento aos procedimentos rígidos ( taylorismo-fordismo), esse modelo é pautado pela busca individual de competências que possam garantir a sua ” empregabilidade”.

Leda (2006, p. 76) explica que nesse cenário:

Além do desejo de vencer tornou-se uma necessidade compulsiva que escraviza o indivíduo, levando-o a trabalhar sempre mais. O sucesso é uma espécie de tirano que deixa sempre as pessoas com a sensação de débito consigo mesmo e, assim considerando, pode-se afirmar que o capital avançou na captura dos elementos mais subjetivos do ser humano.

O trabalho docente é afetado diretamente pela nova dinâmica do trabalho, pautado na produtividade, eficiência, gerência, clientes, metas.... No âmbito educacional podemos verificar a flexibilização do ensino por meio de cursos rápidos, e ainda a cobrança de resultados rápidos e práticos. Nesse cenário os docentes são chamados a agir de acordo com as novas demandas do capital, em que se exige cada vez a qualificação dos trabalhadores.

Leda (2006, p. 78) explica que:

[...] o docente também vem sendo muito afetado pelo ritmo acelerado das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que inclui o aumento de exigências em relação a sua qualificação e competência, assim como flexibilização de suas atividades com o decorrente incremento do número de tarefas a serem realizadas.

Os novos modelos de gestão, avaliação e estreita fronteira do público e privado dentre outros aspectos criam um clima de produtividade. As inúmeras atividades realizadas pelo professor no ensino superior, no âmbito administrativo e pedagógico geram um clima de competição e individualismo marcado pela lógica da avaliação quantitativa. Nas palavras de Mancebo citada por Leda ( 2006, p. 79) os docentes tendem a cair num:

[...] “consumismo acadêmico”, em nome do qual os modismos se sucedem, seja nas leituras superficiais dos últimos lançamentos, nos cursos rápidos e simplificados, nas pesquisas cujos resultados são rapidamente superados ou ainda na redução dos tempos de convivência e experiência com temáticas e pessoas, imprescindíveis a criação coletiva.

A precarização do trabalho docente no ensino superior, pode ser evidenciado pelas contratações temporárias, número alto de horas de trabalho, participação em diversas atividades da universidade ( profissional polivalente e flexível) e ainda a preocupação do professor com o aumento quantitativo do seu currículo.

Olhar para essa realidade é uma necessidade, para não nos sentirmos incapazes e incompetentes, ideia defendida pelo modelo neoliberal. Ou seja, se você não atende os níveis de produtividade isso é uma questão individual. Partindo dos aspectos delineados buscamos conhecer os principais desafios da docência nesse contexto marcado pela competição, pelo individualismo características da lógica do mercado. .

### **III. APONTAMENTOS SOBRE OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

Falar sobre a docência pode causar à impressão de algo saturado, observado as inúmeras publicações realizadas sobre este assunto. De acordo com uma pesquisa da Série Estado do Conhecimento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) que consistiu no mapeamento e um balanço crítico da produção científica discente “teses e dissertações” defendidas no período 1997-2002, em Programas de Pós-Graduação em Educação credenciados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Sócios Institucionais da ANPED

o trabalho Docente foi objeto do maior número de teses e dissertações (268), representando 36% do conjunto de 742 estudos analisados (BRZEZINSKI, 2006).

Da mesma forma que inúmeras investigações<sup>2</sup> vêm sendo desenvolvidas percebemos, através destas, a falta de espaço e tempo sentidos pelo professor e o sobrecarregamento que este vem sofrendo, devido às inúmeras atividades que precisa desenvolver na instituição. Em pesquisa realizada com docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Mancebo (2006) percebeu um sentimento de espoliação em relação às suas vidas, especialmente à extra-universidade. Encontra a sobreimplicação no trabalho desempenhado pelos professores. Conceito está relacionado ao sentido de prazer e expropriação de seu tempo, por se tornarem trabalhadores com 24 horas de trabalho diário, mesmo que estejam fora da instituição. Leda (2006, p. 76) cita alguns dos afazeres comuns do professor:

[...] ministrar aulas; corrigir trabalhos e provas; realizar pesquisas; redigir artigos; participar de eventos; orientar a produção de trabalhos científicos; participar de projetos de extensão; além de buscar atualizações de novos conhecimentos, tentando acompanhar as velozes mudanças do mundo globalizado. Todas essas atividades, hoje, ainda são marcadas pela lógica da avaliação quantitativa vinculada ao pagamento de gratificações e financiamento de pesquisas conforme a produtividade.

Mancebo e Fávero (2004) lembra que além das cobranças e avaliações sofridas pelos docentes as Universidades se viram obrigadas a buscar visibilidade e recursos financeiros próprios, sendo o professor-pesquisador o alicerce de tais atividades. Nas palavras de (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, p. 50, 2006) “[...] preencher relatórios, alimentar estatísticas, concorrer a editais promover visibilidade para sua pesquisa e seu departamento, com o fito de levantar fundos, para si ou para a própria instituição”. Obrigações que estão implicadas no fazer docente. A autora ainda comenta que o quadro pode se tornar mais grave caso a busca seja pelo conhecimento técnico científico, uma vez que este geralmente está relacionado com a produção de empresas, fato que torna o conhecimento mercadorizado. Esta lógica de trabalho, atuante nas Universidades, leva ao aumento de priorização dos princípios e parâmetros seguidos pelas empresas.

---

<sup>2</sup> Anastasiou, 2005; Belei & Gimenez-Paschoal & Nascimento & Nery, 2006; Bazzo, 2005; Borba & Ferri & Hostins, 2005; Cunha & Brito & Cicillini, 2008; Giolo, 2005; Mancebo & Maués & Chaves, 2006; Mancebo, 2006; *Padilha & Guilhermeti, 2008*; Pimenta, 2005; Ristoff, 2005; Sguissardi, 2008; Sevegnani, 2005; Veiga, 2005; Villela, 2003; Valente, 1999; Villela, 2007;

Guilhermeti e Padilha (2008) apontam a educação superior como uma peça importante no contexto da acumulação flexível. Sugerem que ela colabora com a reprodução do sistema capitalista, visto que as políticas governamentais têm sustentado a lógica do capital na educação superior. Os autores citam a Lei da Inovação Tecnológica como um exemplo de como a legislação tem estado ao lado dos ideais do sistema capitalista utilizando a Universidade como estratégia de produção. Neste sentido, a lei 10.973/2004, supra citada, é um nítido exemplo de empreendedorismo no meio universitário.

A referida lei prevê gratificações para pesquisadores cujos conhecimentos produzidos sejam utilizados por empresas. Assim como, garante ao professor o afastamento de suas atividades docentes para tentar carreira empresarial com manutenção de seus vencimentos, vantagens pecuniárias, progressão funcional e benefícios da seguridade. Além disso, garante a participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos. Fica evidente a lógica econômica embasada em um modelo utilitarista do conhecimento. O professor é retratado como um empreendedor/prestador de serviços para as empresas, desde que estes conhecimentos sejam úteis e comercializáveis por elas, Guilhermeti e Padilha (2008).

Chauí (2004, p.40- 41) aponta esta forma de trabalho como um autoritarismo institucionalizado nas Universidades;

[...] submissão aos padrões neoliberais que subordinam os conhecimentos à lógica do mercado e, portanto, ausência do princípio democrático da autonomia e da liberdade, de um lado, e da responsabilidade, de outro, uma vez que a utilização dos resultados científicos não é determinada pelos pesquisadores nem pelo poder público.

Cunha (2006) faz um alerta em relação ao status que as atividades de pesquisa, extensão, cargos administrativos e o conhecimento específico tem tomado dentro da Universidade. Estes têm sido percebidos como atividades de prestígio, em contrapartida, o ensino é compreendido como mais uma atividade que o professor deve desempenhar. Esta dissociação e diferenciação entre ensino, pesquisa, extensão e cargos administrativos pode gerar falta de apreço durante a preparação e o desenvolvimento das aulas. Além de sobrecarregar o professor de trabalho.

Estas constatações preocuparam-nos e motivaram a investigar como os professores vem sentindo em seu trabalho as políticas neoliberais. Neste sentido, nos perguntamos em que condições têm se encontrado o docente do ensino superior, como ele tem enfrentado seus compromissos com a pesquisa, ensino e a extensão e as responsabilidades administrativas, ou melhor, de que forma tem conciliado seus afazeres.

Tendo em vista tais objetivos buscou-se compreender como os docentes vêm sentindo este contexto em seu trabalho. Para iniciar a investigação construímos um questionário, visto que este possibilita um número maior de informações sobre os docentes, essencial para a caracterização que buscávamos realizar. O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas, na entrega foram esclarecidos os objetivos do estudo, garantido sigilo, liberdade de participação, desistência entre outros.

O questionário foi entregue aos docentes de uma Universidade Pública da Região Sul do Paraná, estes são do sexo feminino e masculino. Procuramos entrar em contato com todos os profissionais dos setores. Entretanto, nesta análise utilizamos somente as informações dos docentes do Setor das Ciências Aplicadas.

Ressaltamos que a pesquisa está em andamento, desta forma, as informações aqui apresentadas são parciais, e apenas nos mostram um pouco do contexto de trabalho dos professores nesta instituição. A análise das informações obtidas, mesmo que sejam apenas parte da amostra total, permitem a discussão de alguns apontamentos feitos pelos docentes. Apontamentos que revelam parte da realidade e dos desafios enfrentados em relação a seu trabalho, em especial os referentes à pesquisa e as publicações, visto que nos deteremos apenas nesta questão.

Das perguntas descritas no questionário uma se referiu à percepção que o docente tem em relação ao número de publicações científicas que tem realizado. Perguntamos se o respondente acredita que suas publicações estão dentro da quantidade esperada pela instituição e pelas agências de fomento a pesquisa. Do total de questionários respondidos pelo setor de ciências aplicadas 60% sessenta por cento dos docentes estão insatisfeitos com as suas publicações científicas, 40% quarenta por cento dizem estarem parcialmente satisfeitos e 10% estão satisfeitos com as produções e publicações que realizam.

Os docentes que percebem o número de publicações científicas como parcialmente dentro do esperado 40% (quarenta por cento) comentaram em suas respostas que: “devido

ao pouco tempo de escrever e participar dos eventos fica inviável as publicações” (Mestre, 11 anos de trabalho E. S.); “a qualidade das publicações é comprometida pela necessidade de uma carreira profissional paralela a de professor” (Mestre, 4 anos e 8 meses de trabalho E.S.). Outras falas remeteram a busca de publicações com maior qualificação, falta de tempo para realizar o número condizente com o esperado, outros não comentaram.

Dos 10% (dez por cento) que percebem suas publicações científicas dentro do número esperado apenas um comentou sua resposta. Este afirma que tem conseguido alcançar suas metas de publicação pelo fato de ter colocado isso como meta pessoal (mestre 2 anos de E. S.).

Quanto aos docentes que percebem o número de suas publicações abaixo da quantidade esperada comentam que: “gostaria de ter mais tempo para redigir textos e artigos científicos e me dedicar à pesquisa” (Mestre, 1 um ano de trabalho E. S.; mestre, 17anos E.S.); “preciso aumentar minhas publicações” (especialista, 7 anos E. S.); “dedico muito tempo as aulas, orientações, mas no futuro penso que poderei aumentar o número de publicações” (mestre, 3 três anos E. S.)

Pelo fato desta pesquisa estar em desenvolvimento não temos a pretensão de fazer uma análise detalhada das questões, visto o pouco tempo disponível e a restrição no número de informações analisadas. Entretanto, o que enfatizamos neste trabalho é a internalização dos preceitos de produção pelos professores. Percebe-se uma certa obrigação no aumento das produções científicas. Certamente os professores sentem a lógica produtivista e mercantil dentro da Universidade, tanto que a maioria está descontente ou parcialmente descontente com o número de publicações que realiza, Sguissardi (2004).

De acordo com Leher e Lopes (2008); Sguissardi (2004) o docente precisa se ajustar as características de alta produtividade e intensificar seu trabalho para suprir as expectativas das políticas de produção. Os autores questionam de que forma estão sendo realizadas estas pesquisas, as escolhas, os procedimentos, a quantidade e a qualidade de tempo utilizado para desenvolvê-las. Esta questão também é apontada pelos docentes que afirmam o comprometimento da qualidade das publicações, visto a necessidade da realização de outras atividades referentes ao trabalho docente (mestre, atua a 4 anos e 8 meses no E.S). Além disso, existe uma preocupação por parte dos docentes quanto à qualidade daquilo que se tem publicado e uma busca por melhorar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

É de se indagar se não está havendo um processo de expropriação do saber do docente universitário por meio da ação do Estado e da crescente subordinação do trabalho ao capital. Quando o capital se sobrepõe ao trabalho livre por meio de constrangimentos diretos e indiretos – o financiamento, o valor simbólico do que foi produzido, os suportes que farão os estudos circularem, a inclusão do professor no sistema de produtividade científica, etc. (LEHER & LOPES, p.93, 2008)

Esta expropriação do saber tem sido denunciada pelos autores, supra citados, visto que os docentes vem sendo transformados em empreendedores remunerados, qualificados de acordo com suas produções, qualificações. Estão sendo levadas a buscar mais e mais atualizações, publicações, visibilidades, de modo a garantir a própria sustentabilidade e a de seus alunos dentro dos padrões impostos pelo mercado. De acordo com Guilhermeti e Padilha (p.8, 2008) “[...] o sentido de formação superior, assim, tem sido substituído pelo de qualificação de pseudo-indivíduos”. O que acarreta, de acordo com (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p.51 ) a novas configuração nas relações estabelecidas entre professores e alunos e outra postura docente;

Assim, a mercadorização do conhecimento tem levado a novos tipos de relações na academia baseadas numa concepção gerencial que assimila os princípios, parâmetros e as feições das organizações econômicas. Mas, o que é pior é que a própria insuficiência da crítica a essa realidade ganha terreno entre os docentes e a produção/transmissão do conhecimento não é devidamente avaliada e questionada, arrefecendo o potencial crítico que a universidade dispõe.

Este contexto de relações e obrigações precisam ser revistos, repensados, Chauí (2001) alerta que a medida que a docência é vista como a rápida transmissão de conhecimentos, a seleção de professores é realizada pela pretensão de que este ou aquele será um pesquisador promissor, onde as pesquisas são percebidas como posse de instrumentos utilizados para controlar e intervir em alguma coisa e, percebe-se uma clara competição, um jogo estratégico entre os profissionais, uma ideia de produtividade que quantifica quem possui mais especializações, produções, estará correndo um grave perigo de “anular toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (CHAUÍ, 2001, P.193). Não deixar esta realidade ser implantada ou superá-la é o grande desafio que devemos enfrentar na atuação docente.

#### IV POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

Compreender o contexto do ensino superior e como os docentes estão vivenciando seu trabalho, propor discussões acerca das dificuldades encontradas e das possibilidades de superação foram alguns dos objetivos e necessidades que fez com que o grupo de estudo PROFORMAR fosse construído. Sua proposta inicial foi agrupar os professores da instituição e discutir sobre temas de interesses, relacionados a seu fazer. Os assuntos seriam sugeridos pelos participantes e outros seriam indicados pelos líderes do grupo, em função das necessidades sentidas ao tratar da docência.

Buscamos abrir espaço para a discussão de questões que estão implicadas no fazer docente, proporcionar um ambiente de troca, de inter-relacionamento. Com isso, percebeu-se que a maioria dos profissionais tinha as mesmas dificuldades, entretanto, tomavam-nas como algo pessoal. Desta forma, surgiu o interesse de reunir os docentes para que pudessem perceber que os problemas vivenciados são semelhantes, provindos das mesmas condições sociais, econômicas e culturais. E que as ações coletivas são mais eficazes, tendo com isto, maior probabilidade de alcançar os objetivos almejados, diferentemente das ações isoladas (LANE, 1981).

Percebemos no grupo uma possibilidade de superação do individualismo tão característico do contexto de trabalho universitário. Compreendendo que ultrapassar o individualismo é uma necessidade para o desenvolvimento da consciência, da autonomia, para o conhecimento da realidade, a auto-reflexão, assim como para a ação conjunta e organizada. Visto que “[...] é o grupo condição para que o homem supere a sua natureza biológica e também condição para que ele supere a sua natureza ‘individualista’, se tornando um agente consciente na produção da história social” (LANE, 2001, p.90).

Tendo em vista tais objetivos as reuniões do grupo iniciaram. Foram discutidos textos sobre a identidade do professor, quem é este profissional, sua história, fazer, importância, o que o constitui. À medida que a discussão prosseguia os temas e textos foram sendo selecionados. Entretanto, a participação dos docentes foi extremamente restrita e em alguns momentos inexistente. Persistiam na participação apenas os líderes e graduandos de pedagogia e psicologia. Tendo em vista estas dificuldades o grupo se reestruturou diversas vezes, alterou o dia e horário de encontro recebendo um certo retorno dos profissionais.

Atualmente os integrantes se reúnem uma vez por semana, e agora participam também professores da rede municipal de ensino e alunos recém formados que sentem a necessidade de discutir questões ligadas ao fazer docente e que não encontram espaço para tal, ou que percebem a necessidade de aprimorar seus conhecimentos e habilidades profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria (coord.). **Formação de profissionais da educação (1997-2002)**. – Brasília : Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Acessado em: [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BE7938201-8264-4C46-993509B88283020F%7D\\_MIOLO\\_ESTADO%20DO%20CONHECIMENTO%20N%2010.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BE7938201-8264-4C46-993509B88283020F%7D_MIOLO_ESTADO%20DO%20CONHECIMENTO%20N%2010.pdf)

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Maria Isabel da. **Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/agost., 2006. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/369/375>

GUILHERMETI, Paulo; PADILHA Regina Célia Habib Wipieski. **Trabalho na universidade: docência no contexto das relações capitalistas**. UNIMEP, 2008. Disponível em: [http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/TRABALHO\\_UNIVERSIDADE\\_DOCENCIA\\_CONTEXTO\\_RELAES\\_CAPITALISTAS.pdf](http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/TRABALHO_UNIVERSIDADE_DOCENCIA_CONTEXTO_RELAES_CAPITALISTAS.pdf) .

LANE, Silvia. O processo grupal. In: CODO, Wanderley; LANE, Silvia (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LEDA, Denise Bessa. Trabalho docente no Ensino Superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. IN: JÚNIOR, João Reis Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise. **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: JUNIOR, João dos Reis Silva; MANCEBO, Deise (org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2008.

MANCEBO, Deise; FÁVARO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Org). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo:Cortez, 2004.

MANCEBO, Mancebo; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente**.

Editora UFPR, Educar, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Acessado em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>

MELO, Adriana Almeida Salles. O projeto neoliberal de sociedade e educação: um aprofundamento do liberalismo. LOMBARD, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Org). **Liberalismo e Educação em Debate**. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

MINTO, Watanabe Lalo. **As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Editora Autores Associados, 2006

OTRANTO, Célia Regina. A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: Da inspiração a implantação. IN: JÚNIOR, João Reis Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise. **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque (org.). **Universidade: política, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.